

DE TERMOS ISOLADOS A CONTEXTUALIZADOS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DOS DISCURSOS DE CANDIDATURA DE DILMA E SERRA¹

FROM ISOLATED TERMS TO CONTEXTUALIZED ONES: ANALYSES OF THE ARGUMENTATIVE STRATEGIES OF THE NOMINATION DISCOURSES OF DILMA AND SERRA

*Ludmila Salomão Venâncio - UFMG
Maria Aparecida Moura - UFMG
ludmilasalomao@gmail.com*

Resumo:

As linguagens documentárias comutam informações dos textos em linguagem natural para uma terminologia controlada enfrentando o desafio de preservar a significação contextual. Essa dificuldade tem induzido a Ciência da Informação a criar interfaces com outras áreas do conhecimento que privilegiam a linguagem natural e seus aspectos semânticos. Utilizando o embasamento teórico da Análise do Discurso, mais especificamente da teoria argumentativa da Nova Retórica, realizou-se uma análise terminológica dos discursos de proposição das candidaturas de Dilma e Serra na eleição presidencial brasileira de 2010 atentando para suas estratégias discursivas e diferenciando termos isolados e contextualizados. A apuração de frequências apontou o uso comum de termos e sintagmas cuja análise, potencializada pela determinação das estratégias retóricas fundadas nas situações, presunções e valores socialmente compartilhados e acordados entre o candidato e sua audiência, revelou suas diversas apropriações contextuais e o estabelecimento de significados contingentes. Dessa forma, puderam-se evidenciar potenciais contribuições da análise do discurso como abordagem complementar para a discussão das linguagens documentárias.

Palavras-chave: linguagens documentárias; análise do discurso; discurso político; eleição presidencial brasileira

Abstract:

Indexing languages commute information from texts in natural language into a controlled terminology facing the challenge of preserving contextual meanings. This difficulty has been inducing Information Science to create interfaces to other knowledge areas which privilege the natural language and its semantic aspects. Under the theoretical support from Discourse Analysis, more specifically the argumentative theory of the New Rhetoric, it was produced a terminological analysis of the speeches made by Dilma and Serra in the party conventions in which they were nominated candidates for the 2011 Brazilian presidential poll, taking into account their discursive strategies and differentiating isolated and contextualized terms. Frequencies determination pointed out the common use of terms and syntagmas whose analysis, which was empowered by the ascertainment of the rhetorical strategies grounded on situations, presumptions and values socially shared and agreed upon by the candidates and their audiences, revealed their diverse contextual appropriations and the establishment of contingent meanings. In this way, it was possible to highlight potential contributions of Discourse Analysis as a complementary approach for discussing the indexing languages.

¹ Este artigo descreve parte da metodologia utilizada na tese de Doutorado, desenvolvida pelas autoras, para a recuperação de informação em domínio político.

Keywords: indexing languages, Discourse Analysis, political discourse, Brazilian presidential election

1. Introdução

Ao longo dos últimos anos, o estudo da linguagem tem se tornado tema central no âmbito da ciência da informação, particularmente no campo da organização da informação e do conhecimento. Estudos que indicam o interesse nesse tema incluem, por exemplo, o uso de estruturas de linguagem natural, como os sintagmas nominais, para a indexação e recuperação da informação; o uso de ferramentas ontológicas que objetivam orientar os sujeitos no entendimento de um domínio específico do conhecimento e na adoção de esquemas representacionais ontológicos em sistemas de organização e recuperação da informação; o uso de ferramentas de representação de relacionamentos conceituais e semânticos como os tesauros; uma proporção significativa dos estudos bibliométricos, como a análise das frequências relativas de termos em documentos; e a utilização de processos de indexação tanto automática quanto natural realizada com base em termos. Em todos esses casos, a linguagem torna-se um fundamento básico para a construção de ferramentas de recuperação de informação ou para a representação do conhecimento, atentando-se para seu uso próprio pelos diferentes atores mobilizados em práticas variadas nos diversos domínios de conhecimento.

Essa intensificação de interesse tem exigido uma efetiva articulação entre a ciência da informação e outras áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo da linguagem como a filosofia da linguagem, a semântica, a terminologia, a análise do discurso, dentre outras. Neste estudo, procura-se mostrar que a articulação das abordagens da organização da informação e do conhecimento e da análise do discurso é potencialmente frutífera.

Uma importante área de estudo no campo da organização da informação e do conhecimento abrange o desenvolvimento de linguagens documentárias compreendidas como um instrumento de comutação que possibilita a tradução de informações dos textos em linguagem natural para uma linguagem controlada. Subjaz a esse propósito as seguintes indagações: *Como representar de forma adequada as informações de um texto sem comprometer sua significação? É possível compreender um termo desprovido de sua dimensão contextual?*

Buscando discutir essas questões, o presente estudo realiza uma análise de termos utilizados nas dinâmicas do discurso político. O *corpus* escolhido foi o discurso de

candidatura dos candidatos Dilma e Serra na eleição presidencial de 2010, que representa um domínio atual em que termos comuns são apropriados e ressignificados, ressaltando a dimensão contextual. Essas conversações políticas são fundadas na linguagem, o que implica a escolha de tópicos representativos do debate e a adoção de termos comuns ou conflitantes por diversos atores sociais. A compreensão dos termos não se limita à identificação dos mesmos; ao contrário, nossa análise ressalta a necessidade de um melhor entendimento da semântica dos termos empregados no gênero discursivo político, que pode ser viabilizada pelo aporte teórico da análise do discurso.

Os estudos de organização e representação da informação deveriam preocupar com a ênfase dada para os termos em domínios específicos (no caso, os termos que constituem o vocabulário de campanha de cada um dos candidatos). A escolha e posterior evidência dada a determinados termos não é neutra. As expressões, palavras e verbos são selecionados de acordo com a estratégia argumentativa de cada candidato. Identificar os termos utilizados na linguagem, seus diferentes empregos pelos atores e as mudanças no uso desses termos é fundamental para a compreensão dos assuntos debatidos e para a construção de ferramentas que representem o domínio em pauta ou permitam a representação da informação e recuperação de documentos criados como resultados das atividades corriqueiras nesse domínio.

Com base nesses conceitos e entrelaçamentos, o que nos interessa particularmente neste artigo é: (a) realizar uma análise terminológica da configuração do vocabulário de campanha utilizado por cada candidato de acordo com suas estratégias argumentativas; (b) estabelecer uma diferenciação entre termos isolados e termos contextualizados, com o objetivo de sinalizar as possíveis restrições interpretativas oriundas dos termos isolados.

Este artigo estrutura-se em sete seções. Na seção que se segue, realiza-se uma discussão teórica sobre as linguagens documentárias. Em seguida, na terceira seção, apresentam-se os fundamentos e conceitos da teoria argumentativa da Nova Retórica, área específica da argumentação no discurso na qual a metodologia empregada se baseia. Na quarta seção é descrito o *corpus* analisado. Na quinta seção identificam-se os termos mais frequentes no discurso dos candidatos, o que subsidia o estudo aprofundado das elaborações discursivas na sexta seção. E por fim, na sétima seção, são efetuadas as considerações finais sobre o estudo.

2. Linguagens documentárias: conceitos e limitações

As linguagens documentárias (LDs) são tradicionalmente definidas como instrumentos de controle terminológico que possuem dupla funcionalidade: (1) na representação da informação, com base na análise e síntese de textos, objetivando representar o assunto de maneira consistente, e (2) na recuperação da informação ao promover a interação entre o usuário e o dispositivo. Assim, as linguagens documentárias atuam como mediadoras do diálogo estabelecido entre a linguagem do autor do documento, a linguagem do indexador e a linguagem do usuário. (CINTRA *et al.*, 2002; KOBASHI, 2007; MOURA, 2008; SVENONIUS, 2000).

Como instrumentos que possibilitam essa mediação entre a representação e a recuperação da informação, as linguagens documentárias, de maneira geral, mapeiam conceitualmente os termos de um determinado domínio de conhecimento, relacionando-os entre si. A construção de uma linguagem documentária sustenta-se, então, em um *corpus* discursivo do qual são extraídos os termos considerados representativos do domínio. Essa extração é regida pelo princípio da *garantia literária*, que preceitua que os termos que compõe uma linguagem documentária devem ser necessariamente derivados da literatura da área que se pretende descrever. Garante-se, desta forma, uma simetria entre o vocabulário utilizado para a representação do domínio e o universo de conhecimento expresso nos textos.

Embora importante, a garantia literária não é suficiente para legitimar a aprovação de termos no vocabulário de uma linguagem documentária, pois nem sempre os termos utilizados pelos autores equivalem aos termos adotados pelo usuário que deseja recuperar a informação (SVENONIUS, 2000). Atentando para o lado do usuário, a garantia de uso preconiza que os termos de uma LD precisam estar de acordo com a abordagem temática utilizada pelos usuários em uma situação de recuperação da informação.

Após a análise das palavras ou expressões específicas da área temática que se pretende representar, identificam-se o termo ou descritor, bem com as relações entre ele e outros conceitos evidenciados. Essas relações entre os termos são determinadas por um sistema nocional ou pelo campo conceitual trabalhado. Aqui residem algumas críticas às linguagens documentárias. Descritores únicos podem representar informações de naturezas distintas. Como resultado, cada descritor tende a abranger um amplo espectro de significações vinculadas a palavras ou expressões de sentido contrário ou contraditório. Tome-se como exemplo o termo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) utilizado pelos candidatos no debate político, no *corpus* do presente estudo. A candidata da situação emprega o termo

para ressaltar os benefícios alcançados pelo programa durante a gestão atual do governo, da qual ela faz parte. Ao contrário, o candidato da oposição o emprega para destacar as obras públicas viabilizadas pelo programa, mas ainda não acabadas. Essa significação do termo, só pode ser observada no discurso. Não há enunciação discursiva que não se encontre atrelada às determinações do domínio da prática social no qual ele se realiza. Assim, o discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira englobando o *lugar do fazer psicossocial* (situacional) (CHARAUDEAU, 2006).

Isso ocorre porque, geralmente, as LDs são instrumentos que não possibilitam recuperar a dinamicidade dos textos originais, considerando que um dos seus objetivos é justamente fornecer uma versão sintética dos textos, pela extração de informações consideradas centrais, como discutido anteriormente. Assim, restringe-se a significação de um determinado termo e a relação entre significante e significado tende a ser unívoca. Nesse sentido, Lara (1993, p. 223) apresenta sua crítica:

LDs e textos são construções de natureza distinta. Na operação de conversão, perde-se, conseqüentemente, a marca da especificidade do texto original em prol da generalização. Tal generalização, acrescida da ausência de dinamicidade característica das LDs tradicionais, pode, portanto, comprometer o jogo de significações engendrado pelo texto original que se quer representar e, posteriormente, recuperar.

Desta forma, há um reconhecimento de que a informação participa de diferentes estruturas de significação, o que tem motivado a reflexão constante sobre os métodos de elaboração de linguagens documentárias para diferentes domínios com o aporte de diversas abordagens interdisciplinares. Uma dessas abordagens é a análise do discurso, possibilidade apontada por Kobashi (1989), que procura descrever quatro tipologias advindas da análise discursiva e suas potenciais aplicações na análise documentária. As conclusões apontaram para a dificuldade da operacionalização para a documentação, exceto em questões pontuais, levando-se em conta a diversidade dos textos e problemas correlatos. Restou ainda a possibilidade teórica de aplicação de tipologias discursivas, especialmente a partir da proposta lógico-semântica de Gardin (1974), ressaltando-se a importância da síntese para a documentação, o que pressupõe a elucidação de dispositivos construtores de significação, e da criação de tipologias que enfoquem a “organização metodológica do discurso”, e não tipologias orientadas para gêneros discursivos. No entanto, admitindo a limitação a *corpora* menores e gêneros mais limitados, em consonância com a tendência atual de análises documentárias e criação de ontologias e tesouros em domínios restritos, as perspectivas seriam mais promissoras.

3. Análise do discurso: contribuições dos estudos contemporâneos da argumentação

A análise de um gênero discursivo pressupõe, antes de tudo, a compreensão do conceito do gênero em questão e dos parâmetros que definem esse gênero. Emediato (2003, p. 64) compreende o gênero discursivo como um *tipo situacional*, “*como um produto de uma interação complexa entre as condições de produção dos textos e das variantes textuais e as competências que estariam na base da produção dos discursos sociais*”.

Subjaz a esse entendimento, o conceito de *ancoragem social do discurso*, que preconiza que não há produção de texto que não se encontre atrelada às determinações impostas pelo *domínio de prática social* (religioso, político, jurídico, científico, educativo ou midiático) onde ela se realiza (CHARAUDEAU, 2006; EMEDIATO, 2003). O domínio de prática social surge assim como “*um determinante maior da natureza comunicacional do discurso*” (EMEDIATO, 2003, p. 65).

Assim, no nosso caso, o domínio político determina os *rituais languageiros* dos textos que podem ser construídos no espaço da política. São exemplos desses rituais a configuração discursiva dos debates instituídos nesse domínio, os papéis ou *scripts* que podem ser desempenhados pelos sujeitos envolvidos de acordo com as expectativas dos seus interlocutores, as reuniões com os comitês de campanha e convenções de partido, a estrutura das declarações na mídia e em palanques, e a maneira de abordar temas que constituem as maiores preocupações do eleitorado.

Considerando que o discurso político é, por essência, argumentativo, em que se busca persuadir e convencer o eleitorado de teses pertinentes ao debate social, nossa análise será realizada com base nas contribuições teóricas atuais sobre a argumentação, mais especificamente, da Nova Retórica proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Outras áreas ou teorias da argumentação no discurso poderiam ser empregadas em domínio diverso.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) em seu modelo argumentativo retomam os fundamentos da retórica clássica e propõem uma Nova Retórica. Para os autores, a situação argumentativa, assim como na retórica clássica, é originalmente conflituosa, no interior da qual se encontram teses que são apresentadas visando à solução de um problema. Desse modo, a argumentação é definida como “*o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4).

Compreendida como uma pragmática dos valores, a Nova Retórica preceitua que a ação argumentativa tem como ponto de partida os acordos, ou seja, o que é suposto como admitido

pelo auditório. Ele é um pressuposto para que os interlocutores possam iniciar a relação argumentativa e utilizar as estratégias de que dispõem e que acreditam ser eficazes na persuasão do auditório. Esse auditório pode ser universal, presumido pelo orador na tentativa de atingir uma universalidade, ou particular, formado por um grupo cujas crenças e valores são partilhados.

Argumentar implica no estabelecimento desse acordo inicial. O orador, então, se empenha em buscar a adesão do auditório por meio de objetos que podem servir de premissas. Os objetos dos acordos podem ser classificados em duas categorias. A primeira remete ao real que comportaria os fatos, as verdades e presunções e que tem pretensão de validade para o auditório universal. A segunda relaciona-se ao preferível que contempla os valores, as hierarquias desses valores e os lugares do preferível que têm pretensão de validade para um auditório particular.

Embora não exista uma definição objetiva do que seja um fato, dada à impossibilidade de que um determinado dado seja aceito em todos os tempos e lugares de modo absoluto e indubitável, pode-se considerar como fato uma idéia admitida como verdadeira para a maioria das pessoas e que poderia ser comum a todos. Segundo os autores: “*só estamos em presença de um fato, do ponto de vista argumentativo, se pudermos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso.*” (PERELMAN; OLLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 77). Podemos atribuir as mesmas considerações realizadas sobre os fatos em relação às verdades. Ao contrário dos fatos, as verdades se referem a sistemas mais complexos, menos precisos e limitados, relativos a ligações entre fatos. Os dois conceitos são complementares, pois o enunciado de um fato equivale a uma verdade e toda verdade enuncia um fato. Além dos fatos e verdades, todos os auditórios admitem as presunções. Embora sejam caracterizadas pelo acordo do auditório universal, elas precisam ser reforçadas em um dado momento. Exemplos de presunções são: “*a qualidade de um ato manifesta a da pessoa que o praticou; todo enunciado levado ao nosso conhecimento supostamente nos interessa*” (PERELMAN; OLLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 79).

Para Perelman, os valores são utilizados para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em detrimento de outras, e, sobretudo, para justificá-las, de forma que se tornem aceitáveis e aprovadas por outra pessoa. Eles podem ser classificados como concretos ou abstratos. Os valores concretos são aqueles que se vinculam a um ser, a um grupo determinado, a um objeto particular, como, por exemplo, o Brasil e os cidadãos. Enquanto que os valores abstratos, como a fidelidade, a lealdade, a solidariedade, a justiça, só podem ser concebidos em relação aos valores concretos.

Outro objeto do acordo se refere às hierarquias. A hierarquia dos valores é considerada mais importante em uma estrutura argumentativa do que os próprios valores. De forma semelhante à categorização anterior, as hierarquias podem ser concretas, como a que expressa a superioridade dos homens sobre os animais, ou abstratas, como a superioridade do justo sobre o útil.

Por fim, os autores denominam de lugares-comuns as premissas que permitem fundar valores e hierarquias. São seis os lugares da argumentação: (i) lugar da quantidade: afirma a superioridade de algo em razão do seu aspecto quantitativo – o todo é melhor do que a parte, o provável é preferível ao improvável, o difícil é superior ao fácil; (ii) lugar da qualidade: aparece na argumentação quando se contesta a virtude do número e busca mostrar que é importante preferir algo pelo fato de ele ser único, raro ou insubstituível; (iii) lugar da ordem: afirma a superioridade do anterior sobre o posterior; (iv) lugar do existente: afirma a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real; (v) lugar da essência: afirma a superioridade do que encarna melhor um padrão, uma essência, uma função; e (vi) lugar da pessoa: declara a superioridade vinculada a valores da pessoa, sua dignidade, seu mérito ou sua autonomia.

4. Descrição do *corpus*

O *corpus* deste estudo compreende dois pronunciamentos realizados pelos principais candidatos à presidência da República de 2010 no lançamento das suas candidaturas. José Serra discursou na Convenção Nacional do PSDB, realizada na Bahia, em 12 de junho de 2010. Dilma Rousseff discursou na Convenção Nacional do PT, realizada em Brasília, no dia 13 de junho de 2010.

Do ponto de vista de sua constituição, esse *corpus* possui um conjunto de regularidades que merece destaque: todos os pronunciamentos foram realizados na mesma fase de campanha – a de confirmação de candidatura à presidência – e com uma diferença mínima na data de realização (variação de apenas um dia); há semelhança na temática abordada nos pronunciamentos; e os discursos de candidatura possuem praticamente a mesma extensão textual. Assim, há uma situação em que os contratos de fala são validados por todos, dando lugar a uma utilização mais ou menos igualitária do espaço de fala. Todas essas regularidades são pré-requisitos que possibilitam à análise do discurso abordar esse *corpus*. Além disso, esses pronunciamentos, que representam o marco inicial de uma eleição presidencial, são representativos do universo dos discursos dos candidatos durante toda a campanha.

Nossa abordagem será pautada por uma análise contrastiva desses pronunciamentos, enfatizando os termos utilizados e tendo como ponto norteador a seguinte questão: *quais termos são utilizados na estratégia argumentativa dos candidatos e como seus sentidos são apropriados de diferentes maneiras pelos candidatos?*

Essa análise, como já discutido, é pautada pela assertiva de que esse vocabulário não é neutro e é dependente das configurações estabelecidas no domínio político, dos eventos relevantes à ação eleitoral e da posição do sujeito falante (candidato da situação ou da oposição). Com o auxílio do *Parser Palavras*², desenvolvido por *Southern University of Denmark* (BICK, 2000), foram identificadas as unidades lexicais (substantivos, adjetivos, verbos, proposições, nomes próprios e sintagmas) mais frequentes nos discursos. Posteriormente, com o aporte teórico da teoria argumentativa da análise do discurso, esses termos foram associados com a estratégia discursiva de cada candidato.

5. Jogos terminológicos do discurso político: análise dos termos

O vocabulário de campanha da candidata Dilma identificado pela análise dos seus pronunciamentos é composto por 3068 unidades lexicais, incluindo substantivos, preposições, advérbios, adjetivos, verbos, nomes próprios, pronomes e conjunções. O vocabulário utilizado pelo candidato Serra comportou 1883 formas. No nosso estudo limitamo-nos às formas que indicam substantivos, adjetivos, sintagmas, nomes próprios e verbos. Considerando esse critério e a frequência dos termos igual ou superior a 3 temos o seguinte cenário, representados nas tabelas 1 e 2, que apontam os termos utilizados por Dilma e Serra e suas frequências.

² Trata-se de um aplicativo que incorpora as regras para tratamento morfológico e sintático exigidas pela língua portuguesa, além de realizar a extração dos sintagmas diretamente nos documentos. Uma versão para avaliação está disponível em: <<http://visl.sdu.dk/visl/pt/>>

Tabela 1: Unidades lexicais utilizadas por Dilma Rousseff

Substantivos	Freq.	Substantivos	Freq.	Adjetivo	Freq.
presidente	29	mundo	4	preciso	15
brasileiros	12	empregos	3	grande	11
governo	16	coração	3	brasileira	7
país	12	prioridade	3	especial	7
companheiros	11	instituições	3	capazes	6
mulher	11	mudança	3	necessário	5
brasileiras	10	meios	3	social	5
cultura	8	força	3	fundamental	5
saúde	8	produção	3	industrial	4
companheiras	7	sentimento	3	maior	4
qualidade	7	capacidade	3	brasileiro	4
educação	7	inovação	3	importante	4
população	7	forma	3	impossível	4
povo	7	gente	3	digital	3
partidos	6	alma	3	jovens	3
sociedade	5	meta	3	privado	3
acesso	5	unidades	3	básico	3
caminho	5	formação	3		
companheiras	5	festa	3		
ensino	5	forças	3		
escolas	5	paz	3		
trabalho	5	continuidade	3		
desenvolvimento	5	resto	3		
segurança	4	coragem	3		
professores	4	crescimento	3		
amparo	4	crack	3		
atendimento	4	projetos	3		
democracia	4	países	3		
emprego	4	economia	3		
cuidado	4	apoio	3		
mulheres	4	energia	3		
áreas	4	filhos	3		
setor	4	serviços	3		
progresso	4	peso	3		
olhar	4	aluno	3		
anos	4	coisa	3		
inclusão	4	transporte	3		
casa	4	oportunidades	3		
estado	4				

Verbos	Freq.	Verbos	Freq.	Nomes Próprios	Freq.
é	62	Sei	5	brasil	43
seguir	27	Vai	5	lula	26
vamos	25	sabem	5		
mudando	24	garantir	5		
ser	18	construir	5		
fazer	18	possam	4		
estou	12	aprofundar	4		
era	12	melhorar	4		
somos	11	avançar	4		
falando	11	sejam	3		
quero	10	São	3		
dar	10	está	3		
temos	9	tenha	3		
pode	9	estão	3		
ampliar	9	governar	3		
precisamos	8	fortalecer	3		
foi	8	vencer	3		
disse	8	acreditar	3		
ter	7	realizar	3		
podemos	6	reforçar	3		
investir	6	dizendo	3		
dizer	6	fazendo	3		
continuar	6				

Fonte: Dados do estudo gerados com auxílio do *Parser PALAVRAS* (BICK, 2000)

Obs.: Formas com frequência ≥ 3 . **Totais:** Substantivos: 811. Adjetivos: 323. Verbos: 761. Nomes Próprios: 113

Tabela 2: Unidades lexicais utilizadas por José Serra

Substantivos	Freq.	Substantivos	Freq.	Adjetivo	Freq.
brasileiros	18	oportunidades	4	pública	5
governo	12	trabalhadores	3	maior	4
maioria	10	empresas	3	social	4
vida	9	criança	3	jovens	3
gente	8	problemas	3	federal	3
democracia	7	caminho	3	público	3
país	6	realidade	3	justo	3
anos	6	forma	3	novas	3
pessoas	6	valor	3	grandes	3
famílias	5	prioridades	3	possível	3
capacidade	5	orgulho	3	primeiro	3
idéias	5	biografia	3		

ano	5	votos	3
povo	5	sonhos	3
saúde	5	prosperidade	3
estado	5	esperanças	3
dinheiro	5	papel	3
sociedade	4	partido	3
dia	4	governos	3
presidente	4	cursos	3
partidos	4	programa	3
justiça	4	alegria	3
educação	4	trabalho	3
ações	4	poder	3
obras	4	mundo	3

Verbos	Freq.	Nomes Próprios	Freq.
é	28	brasil	32
vamos	18	fat	3
tenho	15	bolsa=família	3
acredito	12		
tem	11		
quer	10		
quero	9		
são	9		
fui	9		
deve	8		
está	5		
sou	5		
há	5		
foi	4		
temos	4		
aceito	3		
sei	3		
pode	3		
fizemos	3		

Fonte: Dados do estudo gerados com auxílio do *Parser PALAVRAS* (BICK, 2000)

Obs.: Formas com frequência ≥ 3 . **Totais:** Substantivos: 703. Adjetivos: 220. Verbos: 335. Nomes Próprios: 74

O que se observa pela análise de frequência das unidades lexicais é a preponderância de termos que remetem ao valor concreto Estado brasileiro, como *Brasil*, *país* e *estado*. Considerando que todos dizem respeito ao mesmo referente, o Estado brasileiro serviu a 102

referências no conjunto do *corpus* e foi priorizado no discurso de Dilma. No discurso dos candidatos estas formas apresentam-se em uma hierarquia superior, pelo menos do ponto de vista quantitativo, consideradas em relação a *população, povo, gente, trabalhadores e sociedade* que frequentaram bem menos a encenação discursiva dos candidatos. É interessante observar também a frequência de termos derivados da forma *Brasil*, como os adjetivos pátrios: *brasileiro, brasileira, brasileiros e brasileiras* presentes 51 vezes.

Na mesma linha do discurso referente ao Brasil, observa-se a utilização de maneira quase equânime de termos de acepção sócio-político-econômica que introduz novas formas como: *democracia, cidadania, desenvolvimento, crescimento* e termos que se referem a demandas sociais, como *educação, saúde, cultura, emprego, desemprego e segurança*.

Destaca-se também a referência ao governo, seja pela utilização de termos que remetem diretamente ao nome do presidente Lula, como faz a candidata Dilma, ou referências que podem sugerir uma forma ideal e despersonalizada de governança, como parece ser o caso de Serra. As formas *Lula, presidente e governo* são empregadas 71 vezes no discurso de Dilma, enquanto que a forma *governo* foi utilizadas 12 vezes por Serra.

Por fim, destacam-se os pontos observados através da análise dos seguimentos repetitivos (sintagmas nominais e verbais dotados de significados) adotados nos discursos, presentes nas Tabelas 3 e 4. Fica claro que o discurso dos candidatos apóia-se no lema de campanha expresso pelo nome da coligação: “*O Brasil Pode Mais*” de Serra, externalizado pelo próprio segmento *o Brasil pode mais*, e para “*Para o Brasil Seguir Mudando*” de Dilma, expresso pelos seguimentos *seguir mudando e para o Brasil seguir mudando*. Os segmentos também reforçam a referência à Lula realizada por Dilma e a ênfase no eu dada por Serra. Interessante observar que o *Bolsa Família*, nome do mais conhecido programa assistencialista do atual governo, é significativamente referenciado por Serra.

Tabela 3: Segmentos Repetitivos utilizados no discurso de candidatura de José Serra

Segmentos Repetitivos	Freq.
a maioria dos brasileiros quer	9
eu também quero	9
acredito que	5
o bolsa família	3
o Brasil pode mais	2

Fonte: Dados do estudo gerados com auxílio do *Parser PALAVRAS* (BICK, 2000)

Tabela 4: Segmentos Repetitivos utilizados no discurso de candidatura de Dilma Rousseff

Segmentos Repetitivos	Freq.
seguir mudando	23
presidente Lula	13
para o Brasil seguir mudando	13
o governo	12
companheiros e companheiras	4
o governo do presidente Lula	4
mudando para melhor	3

Fonte: Dados do estudo gerados com auxílio do *Parser PALAVRAS* (BICK, 2000)

6. Termos contextualizados: os argumentos de Dilma e Serra

Como se observou na análise de frequência dos termos houve uma preponderância de termos que remetiam ao valor concreto Estado brasileiro, como *Brasil*, *país* e *estado*. No discurso dos candidatos constata-se que a utilização de tais formas está associada a valores positivos, ou, dito de outra forma, esses termos são utilizados como objetos de acordo entre o orador e o auditório sobre um ser positivo. Os dois candidatos mostraram-se amantes do país e destacaram as características do país almejadas por eles. Assim, o termo aparece nos sintagmas “*Brasil justo*”, “*Brasil forte*”, “*Brasil democrático*”, “*Brasil igualitário*”, dentre outros, como expresso pelas frases:

“*Um Brasil justo, um Brasil forte, um Brasil democrático, um Brasil independente. Cheio de oportunidades para todas as brasileiras e os brasileiros.*” (Dilma)

“*Meus sonhos da época são meus sonhos de hoje: um Brasil mais justo, mais forte e igualitário, na renda e nas oportunidades.*” (Serra)

Essas formas constituíram-se como valores importantes em uma hierarquia onde se situavam outros valores concretos como *população*, *povo*, *gente*, *trabalhadores* e *sociedade*, termos estes utilizados com menor frequência nos discursos, como identificado nos trechos a seguir:

“*Encontros que levam alegria e esperança à minha alma, porque mostram o que o Brasil tem de melhor: nossa gente.*” (Serra)

“*Se nós somos capazes e somos as responsáveis pelo cuidado e amparo nas nossas famílias, com nossos filhos e filhas, irmãos e maridos, nós somos também responsáveis diante da necessidade de cuidado e amparo da população brasileira.*” (Dilma)

Já as formas relacionadas aos adjetivos pátrios *brasileiro, brasileira, brasileiros, brasileiras, brasileirinho e brasileirinha* são também percebidas como valores concretos no acordo argumentativo. Assim, enfatiza-se a diferenciação do povo brasileiro, com o objetivo de despertar um sentimento de pertencimento, como em:

*“Fizemos esta convenção na Bahia porque ela é um dos grandes retratos do que somos como povo. Da nossa diversidade, da mistura de raças, origens e etnias que fizeram do brasileiro um ser humano único. Na tolerância, na união, na alegria, na criatividade, na coragem, na obstinação, na vontade, na generosidade com o próximo. Na esperança no futuro. Assim são os **brasileiros**.”* (Serra)

*“Sabemos que a cultura brasileira é diversificada. Do Norte ao Sul, Leste a Oeste desse Brasil. Nós temos manifestações ricas. E elas fazem parte do nosso sentimento de sermos **brasileiros e brasileiras**.”* (Dilma)

*“Meus sonhos continuam vivos no desejo de uma boa educação para os filhos dos pobres para que, como eu, cada **brasileirinho, cada brasileirinha** possa seguir seu caminho e suas esperanças.”* (Serra)

Esta tendência ao consenso já não se verifica com as formas que remetem ao governo. Dilma utiliza os termos *Lula, governo e presidente* dentro de uma lógica epidítica do elogio, e ressalta a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real – o lugar do existente de Perelman. Para citar apenas alguns exemplos:

*“Estou falando de ampliar o emprego e melhorar o salário. De continuar o grande trabalho desse grande **presidente** que é **Lula**.”*

*“(…) para que outros milhões de brasileiros saiam da pobreza e entrem na classe média, como nós conseguimos durante o **governo** do nosso **presidente Lula**.”*

O governo Lula tem uma ótima aceitação popular em virtude das realizações da sua gestão, em especial da criação de inúmeros programas assistencialistas. Dilma conta com esse apoio, mas precisa de uma marca que a qualifique e a diferencie. Essa marca é fundada em dois aspectos: na gestão desenvolvida no governo, como planejadora eficiente que participou da concepção e coordenação de diversos programas sociais, e no fato de ser mulher. Assim, ela se apresenta:

*“Para realizar esta grande tarefa, não basta apenas ser eleito ou dizer que vai fazer. É preciso conhecer bem o Brasil, conhecer o **governo** e ter projetos que ampliem e acelerem o que está sendo feito.”*

*“Participei da concepção e da coordenação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a pedido do **presidente Lula**. Esse programa, portanto, eu sei como fazer para avançar mais.”*

*“E não é por acaso que, depois desse grande homem, ele pode ser governado por uma **mulher**. Um **Brasil de Lula** com a alma e coração de **mulher**.”*

“(...) chegou a hora de uma **mulher** comandar o país. Eles estão dizendo para aprofundar e ampliar o olhar de Lula. Para aprofundar esse olhar, ninguém melhor do que uma **mulher** na presidência da República.”

Serra, ao contrário, utiliza a forma *governo* para discursar sobre características que deve possuir um governante. Assim, para elaboração de suas premissas, recorre a valores abstratos como justiça, liberdade, honestidade, verdade, solidariedade, generosidade e igualdade:

“Pra mim, **Governo** tem de apoiar quem produz e quem trabalha. São as pessoas comuns, as pessoas simples. E tem que proteger os desamparados. **Governo**, como as pessoas, tem que ser honesto. Verdadeiro. Tem que ser solidário e generoso. Tem que garantir as oportunidades e buscar a igualdade. **Governo** tem que ser justo.”

Se para Dilma, o governo é o lugar do elogio, para Serra é majoritariamente o lugar da crítica. Entra em cena o discurso que não poupa asserções negativas ao governo, como expresso nos fragmentos a seguir:

“Sem contar as receitas das empresas públicas, os **governos** no Brasil arrecadaram 500 bilhões de reais até o início de junho. No mesmo momento, **o governo federal** anunciava cortes nos gastos de Saúde e Educação e desacelerava as obras da transposição do São Francisco em Pernambuco e na Paraíba, gerando desemprego.”

Ao se referir aos programas sociais concebidos no governo atual, Serra ameniza as críticas e atribui participação nos resultados alcançados, principalmente no Bolsa Família:

“Quando ministro da Saúde, fiz o Bolsa Alimentação e meu colega de ministério, Paulo Renato, fez o Bolsa Escola. **Eles foram reunidos pelo Bolsa Família**, estiveram na origem deste programa. Nós vamos ampliar e melhorar o Bolsa Família. Mas vamos além”.

“[É] reconfortante encontrar e descobrir, por toda parte, lembranças e efeitos de coisas que fiz ou que ajudei a fazer, nas obras, nos transportes, na Saúde, na Seguridade Social, na industrialização, nos investimentos. Reconheço um pouco de mim em alguns pedaços do Brasil que avançou e progrediu.”

Serra convoca um auditório particular para partilhar determinadas crenças e valores: “[Tenho] o apoio de vocês que me conhecem e compartilham minhas crenças”. Esse chamado é representado por uma série de 12 trechos iniciados pela expressão “**Acredito**”, como no exemplo: “**Acredito** que a disputa partidária e eleitoral não deve sobrepor-se aos interesses do Brasil e dos brasileiros”.

Esse auditório partilha a tese de mudança principal: *O Brasil pode mais* (nome da coligação do candidato). Posicionando-se a favor da mudança, Serra apoia seus argumentos em fatos e proposições consensualmente admitidas por qualquer cidadão. Afinal, que sociedade não quer emprego, habitação, segurança e crescimento econômico? Assim, o

candidato apresenta 9 trechos com os seguimentos repetitivos **“A maioria dos brasileiros quer (...). Eu também quero.”**, como podemos ver no seguinte parágrafo:

“A maioria dos brasileiros quer segurança para suas famílias, quer que o governo federal assuma de vez, na prática, a coordenação efetiva dos esforços nessa área, ou o Brasil não terá como ganhar a guerra contra o crime. Eu também quero.”

Dilma, ao contrário de Serra, ocupa o lugar de enunciadora das políticas sociais. É ela quem fala a respeito da saúde, da educação, do emprego, da segurança, do meio ambiente e da economia. Serra pouco se expressa sobre esses temas: *“Não vou exaurir aqui as propostas para as diferentes áreas. Já as tenho feito pelo Brasil afora”*. Utilizando o espaço privilegiado de candidata da situação, Dilma apresenta as avaliações do governo atual e o programa de ação para continuar as políticas. Há uma preocupação em apresentar-se como a candidata do presidente, como candidata da continuidade. Sua perspectiva de mudança compreende apenas um percurso que já se encontra em andamento, que ela irá aprimorar:

“A continuidade que o Brasil deseja é a continuidade da mudança (...). É seguir mudando para melhor, mudando para melhorar o emprego, a saúde, a segurança, a educação. É seguir mudando com mais crescimento e inclusão social.”

“Durante o governo do presidente Lula, começamos a construir um novo Brasil. Esta é a obra que quero continuar. Com a clara consciência de que continuar não é repetir.”

Tal preocupação é tão veemente que a candidata apresenta suas propostas em um conjunto de 13 períodos seguidos com os seguimentos repetitivos **“Para o Brasil seguir mudando”**, que representam o lema de sua campanha conforme exemplificado no excerto seguinte:

“Para o Brasil seguir mudando, vamos ampliar nossa presença internacional, oferecendo ao mundo as contribuições valiosas que já demos no governo Lula na área econômica, mudança climática e recentemente para a paz mundial.”

7. Considerações finais

O presente estudo revelou interfaces potencialmente frutíferas entre as teorias da organização da informação e do conhecimento e a teoria da análise do discurso. A análise do discurso propiciou um refinamento da compreensão dos termos isolados identificados por sua frequência, como é tradicionalmente realizado em estudos no campo da organização da informação, permitindo a determinação da significação discursiva dos termos com referência às circunstâncias de emissão do discurso.

Esse estudo mostrou que valores concretos como *Brasil, Estado, país e nação*, foram apropriados da mesma forma pelos dois candidatos ou, dito de outra forma, que estes termos são semanticamente convergentes nos usos situacionais. Nesse sentido, a utilização desses termos para representar e recuperar informação com sentidos próximos parece válida. Por outro lado, observou-se que a utilização do termo *governo* é diferenciada pelos candidatos. Enquanto Dilma o utiliza como forma de remissão ao presidente Lula, o que de fato ocorre em todo o seu discurso, Serra apropria-se do termo para referenciar as características desejáveis de um candidato à presidência da República. Isso funciona como uma espécie de acordo, onde o candidato apresenta valores associados ao termo, compartilhados por um auditório, e tendentes à universalidade. Assim, a semântica associada ao termo *governo* diverge em suas diferentes apropriações pelos candidatos.

É interessante observar, tanto no discurso de Dilma, quanto no de Serra, a utilização repetitiva de termos que giram em torno dos conceitos de continuidade e mudança. Esses reforços de crenças no realizado e de necessidade de modificações presentes nas expressões “*Eu acredito*” e “*A maioria dos brasileiros quer. Eu também quero.*” de Serra e na expressão “*Para o Brasil seguir mudando*” de Dilma encarnam as teses principais dos candidatos: “*O Brasil Pode Mais*” (algo foi feito, mas deve-se melhorar) e “*Para o Brasil Seguir Mudando*” (no mesmo rumo, mas melhorando), respectivamente. Essas teses condensam um importante ponto que a análise argumentativa do discurso clarificou: a de que os dois candidatos apropriam-se de maneira própria dos pólos *mudança* e *continuidade*, posicionando-se entre esses dois pólos e articulando-os no discurso de acordo com as circunstâncias e conveniências políticas. Essa conclusão é básica para matizar e diferenciar o uso dos termos relacionados à continuidade e mudança, a primeira vista semelhante quando da identificação e contagem dos vocábulos.

Compreender a multiplicidade de significações que um termo pode assumir em uma encenação discursiva é, como se procurou analisar neste artigo, um fator importante para a análise de linguagens documentárias. Nesse sentido, a apropriação de elementos das discussões do campo da análise do discurso, de maneira geral, e da teoria argumentativa, de maneira específica, propicia um conjunto de reflexões que permite pensar teórica e operacionalmente a questão da construção e uso das linguagens documentárias.

Os termos identificados e contextualizados são representativos do domínio político especificamente das eleições presidenciais brasileira de 2010, podendo ser utilizados para recuperar as informações neste domínio em diversas fases da campanha e em diversos discursos políticos reproduzidos em variados dispositivos. Sugere-se que os sistemas de

recuperação da informação possam incorporar, a partir da identificação dos conceitos vinculados aos termos, uma pesquisa ampliada por termos correlatos de cada candidato. Argumenta-se ainda que a análise do discurso pode viabilizar a construção de uma rede sintagmática destinada a expressar as relações contingentes entre os termos, relações que são válidas no domínio particular onde aparecem. Nesse sentido, figuram-se promissoras o estabelecimento de relações de sinonímia não evidentes a princípio ou de relações inusitadas entre o vocabulário utilizado pelo usuário e o utilizado para indexar os documentos, por exemplo.

8. Referências

BICK, E. The Parsing System Palavras - automatic grammatical analysis of portuguese in a constraint grammar framework. Tese (Doutorado) - Department of Linguistics, University of Århus, DK, 2000.

CINTRA, Ana Maria Marques *et al.* *Para entender as linguagens documentárias*. 2.ed. São Paulo: Polis, 2002. 92p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

EMEDIATO, Wander. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, H. *et al.* *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 63-72, 2003.

GARDIN, Jean-Claude. *Les analyses de discours*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1974.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e tipologias discursivas. In: CUNHA, I.M.F. (org.) *Análise documentária: considerações teóricas e experimentações*. São Paulo: FEBAB, p. 31-44, 1989.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. *Datagramazero*, v. 8, p. 1-10, 2007.

LARA, Marilda Lopes Ginez. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentarias. *Ciência da Informação*, v. 22, n.3, p.223-226, 1993.

MOURA, Maria Aparecida. Organização da Informação em Ambientes Digitais: estudos e perspectivas. In: II Convergindo - Seminário Nacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de documentação e Museus, 2008, Maputo. *Anais...* Maputo: Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, v. 1, 2008.

PERELMAN, Chaïm.; OLLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SVENONIUS, Elaine. *The intellectual foundation of information organization*. Cambridge: MIT Press, 2000.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. *Ciência da Informação*, v. 21, n. 3, p. 197-200, 1992.